



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0012828-57.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **OBEDE RODRIGUES ALVES**  
 Requerido: **OI S.A.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O .**

Trata-se de ação em que a autora alegou ter celebrado contrato com a ré para a prestação de serviços de acesso à *internet* e linha telefônica fixa, o qual foi cancelado porque se mudou para outra cidade.

Alegou ainda que passado algum tempo tomou conhecimento de que fora negativada pela ré por débito atinente ao contrato já cancelado, o que não teria respaldo algum.

Almeja ao ressarcimento dos danos morais que suportou.

A ré em contestação, a seu turno, sustentou a inexistência de falha na prestação dos serviços a seu cargo, além de refutar que a autora tivesse cancelado o contrato que firmaram.

Restou positivada a divergência entre as partes quanto à rescisão do instrumento em pauta.

É certo que à ré não seria exigível a demonstração de fato negativo, ao passo que a circunstância da autora não ter fornecido o protocolo do possível contato havido sobre o tema inviabilizou que sua gravação fosse ameadada.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

De qualquer sorte, tenho como possível estabelecer a conclusão de que esse cancelamento efetivamente aconteceu.

Todas as faturas apresentadas pela ré (fls. 27/52 e 110/134) denotam a inexistência de uma única chamada feita ou recebida pela autora, tendo a ré a fl. 107, último parágrafo, admitido a não realização de chamadas ao longo do tempo.

Como a autora assinalou que o cancelamento teve vez cerca de quinze dias depois da contratação (fl. 100, segundo parágrafo), aquele cenário atua em seu favor.

Por outras palavras, não é crível que a autora permanecesse com linha ativa por mais de seis meses sem que a utilizasse em ao menos uma oportunidade, mas, ao contrário, tudo leva a crer que o seu cancelamento sucedeu tal qual arguido a fl. 01.

Em consequência, como se reconhece a falta de lastro a sustentar qualquer débito em face da autora a inscrição dela perante órgãos de proteção ao crédito (cristalizada a fl. 02 e não negada pela ré) deve ter sua irregularidade proclamada.

Isso, ademais, basta para a configuração de dano moral passível de ressarcimento, de acordo com pacífica jurisprudência:

*“Consoante jurisprudência firmada nesta Corte, o dano moral decorre do próprio ato lesivo de inscrição indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela autora, que permite, na hipótese, facilmente presumir, gerando direito ao ressarcimento”* (REsp 679.166/MT, Rel. Min. **JORGE SCARTEZZINI**).

*“Em se tratando de cobrança indevida, de rigor o reconhecimento de que a inscrição do nome do apelante no rol dos inadimplentes foi também indevida, daí decorrendo o dano moral por ele reclamado, passível de indenização. É entendimento pacífico do Colendo Superior Tribunal de Justiça que nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes o dano moral configura-se in re ipsa, prescindindo de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica”* (AgRg no REsp 860.704/DF, Rel. Min. **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**).

No mesmo sentido: REsp. 110.091-MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JÚNIOR**; Resp. nº 196.824, Rel. **CÉSAR ASFOR ROCHA**; REsp. 323.356-SC, Rel. **ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO**).

O valor da indenização postulada está em consonância com os critérios seguidos em situações afins (condição econômica das partes e grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como a necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Deve, portanto, ser acolhido.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 7.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 04 de março de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**